



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

ATA N.º 26

-----Aos onze dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e treze, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Concelho, pelas dezassete horas reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal de Moura, tendo estado presentes: -----

----- **Presidente:**----- **Santiago Augusto Ferreira Macias**-----

-----**Vereadores:** ----- **Francisco Manuel Canudo Sena**-----

----- **José Gonçalo Garradas Valente**-----

----- **António José dos Santos Gomes**-----

----- **Maria do Céu Rato Santa Maria Gonçalves**-----

----- **Maria de Fátima Branco Roberto Ourives-**

----- **Joaquim António Senrada Simões**-----

-----A reunião foi secretariada pela Dr.ª Maria de Lurdes Soares, coadjuvada pela funcionária Teresa Dulce Mendes Batista Caçador.-----

-----**ABERTURA OFICIAL DA REUNIÃO**-----

-----Após verificação da existência de quórum foi pelo Presidente declarada aberta a reunião, com os pontos constantes da seguinte Ordem de Trabalhos: -----

-----**PRESIDÊNCIA**-----

-----Proposta de Aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o Ano de 2014-----

-----Proposta de Alteração ao Regulamento de Organização dos Serviços Municipais e do Mapa de Pessoal para o Ano de 2014-----

-----Proposta de Delegação de Competências entre a Câmara Municipal de Moura e as Juntas de Freguesia-----

-----Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano 2013-----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

-----**PRESIDÊNCIA**-----



-----PROPOSTA DE APROVAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E  
ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2014. -----

-----DOC. 01/26 -----

-----O vereador Francisco Canudo pediu a palavra referindo que se encontrava desiludido sobre a forma como o documento se apresentava, encontrando-se em sua opinião, desfasado das atuais realidades do concelho. Mencionou como alguns dos aspectos que gostaria de ver tratados mais em profundidade, a questão da coesão social, sugerindo a importância da realização de um diagnóstico. Aludiu que o CLAS não tem resposta para o fim destinado, não sendo capaz de suprir a necessidade na área da intervenção social, logo, frisou, que no documento em apreciação, aquilo que se encontra dedicado aos eventos e área social era relativamente limitado, considerando os eleitos do PS que estas questões não foram muito tidas em conta. No que se refere à educação, realçou alguns aspectos que deveriam ter sido considerados, quantificados e programados, como o abandono escolar e o cuidado com a manutenção das escolas; quanto à área da protecção civil, concluiu encontrar-se esta ignorada no referido documento, dando como exemplo a inexistência dos grandes instrumentos de plano referindo-se aos POM (Planos Operacionais Municipais), Plano Municipal de Emergência, Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios entre outros, que poderiam ser utilizados precavendo alguns riscos que possam inesperadamente surgir. No que concerne às questões do mundo rural, mais concretamente à agricultura, referiu ainda que o documento não faz nenhuma menção no sentido de desenvolver esforços, nomeadamente na área do regadio, que segundo o mesmo deveria ser incorporada no documento.-----

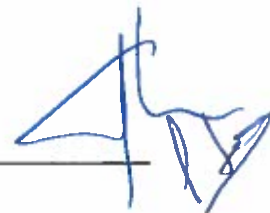
-----No uso da palavra a vereadora Fátima Ourives reiterou aquilo que fora dito anteriormente pelo vereador Francisco Canudo, classificando o documento “Grandes Opções do Plano” como insuficiente. Frisou que, em termos de Orçamento existe uma verba que representa 0,3% do total da despesa para a promoção de investimento e emprego perfazendo um total de 64.000 euros, mas escarpelizando o GOP nada vislumbrou que promovesse o



referido investimento e consequentemente a empregabilidade. Salientou que da análise do previsto para a Amareleja, apenas se encontra referido o lançamento da primeira fase da futura Zona Industrial, questionando subsequentemente quais as estratégias para atrair investidores, se a Câmara possuía alguma bolsa de terrenos que colocasse à disposição para a instalação de futuros empresários e ainda da eventualidade de redução no pagamento de taxas ou impostos nos primeiros dois anos de vigência das empresas. Ainda no uso da palavra, sugeriu a criação de um ninho de empresas por parte da Câmara com vista à promoção do empreendedorismo local e regional e a criação de conselho municipal de empreendedorismo, que teria a função de acolhimento e incubação das referidas empresas. Sugeriu ainda, a criação de mais dinâmicas com vista ao reforço da auto estima dos empresários, à semelhança das feiras já existentes.-----

-----No uso da palavra, o vereador António Gomes começou por tecer algumas considerações no que respeita ao Orçamento, referindo ter verificado que face a anos anteriores este documento apresentava uma evolução do ponto de vista da qualidade técnica, realçando verificar-se uma aproximação àquilo que são os valores reais da receita e consequentemente a uma maior fidelização do que acabará por ser a execução do respectivo orçamento. Contudo, salientou existirem questões que deveriam ser abordadas que têm a ver com a rubrica de aquisição de serviços, mais concretamente com as sub-rúbricas *“outros trabalhos especializados”* e *“outros serviços”* que apresentavam valores superiores a dois milhões de euros, questionando da necessidade desta forma de apresentação e se este volume financeiro teria de ser obrigatoriamente afectado a *“outsourcing”*, não existindo a possibilidade de qualificar os recursos internos por forma a redução deste volume de pagamentos, concluindo que neste caso, estas verbas já poderiam ser libertadas para a área social, o que, na actual conjuntura se apresenta como bastante importante. -----

-----O Presidente tomou a palavra para clarificar algumas das questões levantadas pelos vereadores do Partido Socialista, começando pela da coesão



social. Neste âmbito alegou que a Câmara Municipal não deve substituir-se àquilo que são as obrigações que o Estado tem para com os seus cidadãos, sendo o papel da Câmara no que respeita à acção social, um trabalho de apoio, exemplificando com a Unidade de Cuidados Continuados, em que a Câmara procedeu a uma alteração do Loteamento da UP8 e cedeu o terreno para que ali pudesse ser instalada aquela unidade, e ainda com o acompanhamento e monitorização que também que está a ser prestado à APPACDM, pois frisou ser este o ponto de vista do Município face à acção social. No entanto, admitiu a inexistência por vezes de meios que permitam a realização de mais intervenções, discordando neste ponto com os argumentos utilizados pelo vereador António Gomes, face ao recurso a “*outsourcing*”. Salientou que haveria contudo mais possibilidades se não fossem os cortes que as autarquias sofrem, impedindo para já algumas intervenções como por exemplo, em zonas como o Bairro do Carmo e o Pátio dos Rolins. Chamou ainda a atenção que as Câmaras não devem servir de “almofada” para as coisas que o poder central entende atribuir. No que se refere à questão da educação, o Presidente aludiu que a Câmara tem vindo desde sempre a desempenhar um papel importante e ativo no apoio à mesma, referindo-se aos exemplos da Escola Profissional sendo este um projecto de referência, bem como à Escola de Santo Aleixo da Restauração, que recentemente foi alvo de uma profunda intervenção. Adiantou encontrar-se presentemente esta edilidade empenhada na reabilitação do Parque Escolar, sendo que a Câmara dispõe de um plano resultante da Carta Educativa, nele constantes todas as intervenções devidamente escalonadas, podendo ser a Escola do Bairro 25 de abril a próxima a ser intervencionada. Quanto aos planos de emergência, afirmou estarem a ser preparados, pelo que em reunião de Câmara futura procederá a um ponto da situação. No que concerne à agricultura, referiu, não poder a Câmara ter uma intervenção directa na área do regadio, prestando a autarquia acompanhamento, empenho político e apoio junto dos agricultores. Mais esclareceu, ter existido um equívoco em relação à verba de sessenta e quatro mil euros destinada à promoção de investimento e emprego, sendo o



valor correto de mais de um milhão de euros, afirmando que o que se encontra previsto para a Zona Industrial de Amareleja para efectivamente ali serem instaladas empresas, se trata de um valor muito superior a sessenta e quatro mil euros, projecto que ainda não avançou por ser um processo complexo ao nível de legislação urbanística a qual não facilita em nada, pois o mesmo encontra-se sujeito a um Plano de Pormenor, que não será feito de uma só vez, mas através de várias unidades de execução. Adiantou que a primeira a avançar não ficaria por menos de oitocentos mil euros, o que é impossível de conseguir, utilizando-se apenas os recursos do financiamento municipal. Mais referiu, que quando se refere a falta de apoio às empresas, tal não corresponde à verdade, pois a infra-estruturação duma zona industrial, como é o caso da zona de instalação da Fábrica de Painéis Solares em Moura, que custou quatrocentos e cinquenta mil euros. Tendo posteriormente o lote de terreno sido vendido a um preço meramente simbólico de cinco mil novecentos e vinte e três euros, com a finalidade de criação de emprego e consequentemente tratar-se de um verdadeiro apoio prestado às empresas. Pelo mesmo motivo, frisou, foram investidos duzentos e cinquenta mil euros no Loteamento B da Zona Industrial em Moura. Quanto à questão dos “*outsourcing*” que foi referida pelo vereador António Gomes, discordou da opinião do mesmo, uma vez que enquanto vereador da área de estudos e projectos desenvolveu em conjunto com o Dr. Rafael Rodrigues uma série de projectos contratados no exterior, pois internamente não haveria a capacidade nem a velocidade suficiente para as candidaturas a fundos comunitários sendo por essa razão que este município ficou na linha da frente nas referidas candidaturas e foi buscar em determinados projectos, noventa por cento do financiamento, como é o caso do Posto de Turismo, que custou ao orçamento da Câmara Municipal sessenta mil euros, vindo todo o resto do mérito das candidaturas que foram apresentadas e preparadas pelos técnicos da Câmara. Concluindo este assunto, referiu que sempre que exista a possibilidade de fazer os projectos internamente, tal seria realizado, no entanto, quanto tal seja inviável a Câmara fá-los-á externamente. -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----Pedi a palavra o vereador Francisco Canudo que lamentou a inexistência da parte da Câmara Municipal de um verdadeiro empenhamento nas questões da coesão social.-----

-----Seguidamente a vereadora Fátima Ourives no uso da palavra mencionou ter conhecimento da existência de grandes investimentos com vista à criação das zonas industriais por parte desta Câmara, no entanto, o que pretendia questionar era da eventualidade de outros tipos de apoio para a criação e sustentabilidade das empresas.-----

-----O vereador António Gomes referenciou um aspecto relacionado com a questão dos investimentos intangíveis, pois segundo a sua opinião não basta criar as condições para que as empresas se instalem mas também fazer diligências na procura dos investidores e é nesse âmbito que os sessenta e quatro mil euros de dotação que se encontram presentes nas GOP e no Orçamento para a referida matéria, não permitindo à autarquia desenvolver iniciativas de maior dinâmica que permitam ir ao encontro de potenciais investidores.-----

-----No seguimento das intervenções dos vereadores do Partido Socialista, o Presidente referiu não estarem nos documentos contempladas as verbas encerradas. Frisou ainda que do ponto de vista do município o documento em apreciação é um documento adequado. Alertou ainda para o facto de que no próximo quadro comunitário, caso não sejam feitas alterações às regras de coo financiamento haverá muito pouca margem de manobra, ou nenhuma.-----

-----DELIBERADO, POR MAIORIA, COM QUATRO VOTOS A FAVOR E TRÊS ABSTENÇÕES DOS VEREADORES DO PARTIDO SOCIALISTA APROVAR AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2014 E SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.-----

-----DELIBERADO, POR MAIORIA, COM QUATRO VOTOS A FAVOR E TRÊS ABSTENÇÕES DOS VEREADORES DO PARTIDO SOCIALISTA APROVAR O ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2014 E SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.-----





**-----PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS E DO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2014 -**

**-----DOC. 02/26 -----**

**-----O Presidente procedeu a uma breve apresentação da proposta apenas para esclarecer que a única alteração do ponto de vista de estrutura da Câmara Municipal se prende com o facto de deixar de existirem departamentos por força da actual lei, o que levou à criação de mais uma divisão – Divisão de Apoio ao Desenvolvimento e Gestão Financeira e Recursos Humanos. Esclareceu que o município actualmente tem cinco divisões, mas que por constrangimentos da lei do orçamento só pode fazer o provimento de quatro lugares, sendo estes que se vão manter, não existindo por essa razão contratação de mais nenhum Chefe de Divisão. O documento apresentado tenta simplificar ao máximo o organograma e a estrutura do mapa de pessoal.--**

**-----Foram presentes para apreciação os documentos referidos em epígrafe.-----**

**-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS PARA O ANO DE 2014 E SUBMETER PARA APRECIAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**

**-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2014 E SUBMETER PARA APRECIAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**

**-----PROPOSTA DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA E AS JUNTAS DE FREGUESIA -----**

**-----DOC. 03/26 -----**

**-----Neste ponto o Presidente referiu estar a manter contacto com as Juntas de Freguesia do concelho, com a finalidade de que o próximo protocolo seja minimamente operativo, dando resposta ao “espírito” da lei, e tentando que se possam ultrapassar constrangimentos como os que decorrem das competências próprias das Juntas e que objectivamente as mesmas não terão capacidade de colocar em prática, pelo que aquilo que propunha seria por um**



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

lado prolongar as delegações de competências procedendo às adaptações adequadas face à nova legislação, por outro, preparar para o início de 2014 novos protocolos que possam ser avaliados na Assembleia Municipal de Fevereiro próximo.-----

-----Foi presente para aprovação, proposta de delegação de competências entre a Câmara Municipal de Moura e as Juntas de Freguesia.-----

-----**DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA E AS JUNTAS DE FREGUESIA E SUBMETER PARA APRECIAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

-----**REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2013 -** -----**DOC. 04/26** -----

-----O Presidente solicitou que o Dr. Rafael Rodrigues – Chefe de Departamento explicasse a finalidade desta revisão.-----

-----O Dr. Rafael Rodrigues tomou então a palavra para esclarecer que a revisão foi motivada por duas questões, sendo a primeira uma indemnização por cessação de contrato de uma empreitada do Castelo de Moura, a outra relacionada com isenções de IMT decididas pelo governo sem prévia comunicação à autarquia, e que após várias tentativas da parte desta Câmara se continuam a desconhecer, mas cujo movimento contabilístico tem forçosamente ser realizado, pelo que teve de ser incluído na presente revisão essa rubrica orçamental. -----

-----Foi presente para aprovação e apreciação da Assembleia Municipal a 4ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano 2013. -----

-----**DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A 4ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2013 E SUBMETER À APRECIAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

-----**VOTAÇÃO DA MINUTA DA ATA** -----





## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----De acordo com o disposto no n.º 3, do art.º 92º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, foi elaborada minuta, com os pontos constantes da Ordem de Trabalhos que, depois de lida, foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade e assinada pelo Presidente e Secretário. -----

### -----ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

-----Não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente encerrada a reunião eram dezoito horas e trinta minutos.-----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, a qual vai ser presente à reunião seguinte, com vista à sua aprovação e assinatura pelo Presidente e pelo Secretário.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA, 11 de dezembro de 2013

PRESIDENTE: \_\_\_\_\_

SECRETÁRIO: \_\_\_\_\_